

REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALAGOAS

NÚMERO 11

COLEÇÃO DIREITOS & DEVERES

REVISTA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

ALAGOAS

NÚMERO 11

REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ALAGOAS

CONSELHO EDITORIAL

ALEXANDRA BEURLIN DE FRANÇA

Promotora de Justiça

GEORGE SARMENTO LINS JÚNIOR

Promotor de Justiça

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

Promotor de Justiça

MAGNO ALEXANDRE FERREIRA MOURA

Promotor de Justiça

STELA VALÉRIA S. DE FARIAS CAVALCANTI

Promotora de Justiça

DILMAR LOPES CAMERINO

Procurador-Geral de Justiça

Carlos Alberto Torres

Procurador-Geral de Justiça Substituto

Lean Antonio Ferreira de Araújo

Corregedor-Geral do Ministério Público

Vicente Félix Correia

Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional

Geraldo Magela Barbosa Pirauá

Diretor do 2º Centro de Apoio Operacional

Capa: **Tiago Amaral**

Projeto Editorial: **Antonio Carlos Marques da Silva**

Catalogado na fonte – Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central – Divisão de Tratamento Técnico

Revista do Ministério Público/Alagoas/ Ministério Público de
Alagoas, Universidade Federal de Alagoas. Centro de
Ciências Jurídicas - CJUR.- N. 11 (JUL./DEZ. 2003)-.

Maceió : MPEAL : UFAL/CJUR

1999-

n.

Semestral

1. Direito - Periódico. 2. Legislação - Periódico

CDU: 34(051)

Colégio de Procuradores de Justiça

DILMAR LOPES CAMERINO

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELOS

ITAMAR GAMA E SILVA

EDUARDO BARROS MALHEIROS

LUCIANO CHAGAS DA SILVA

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

CARLOS ALBERTO TORRES

FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO

VERA MALTA NOLASCO MOURA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

CARLOS LOPES VILLANOVA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

ARNOLDO PETRÚCIO CHAGAS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PARTE I – DOCTRINA	11
DIREITOS FUNDAMENTAIS E PODER JUDICIÁRIO – CONCRETIZAÇÃO E INTERVENÇÃO	
Amélia Adriana Campêlo	13
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS COMO EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS; argumentos jurídico-dogmáticos contra a suspensão no fornecimento de energia elétrica por inadimplemento do usuário	
Adrualdo de Lima Catão	25
A NOTIFICAÇÃO NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	
Carolina Luna Martínez Murta	43
A CORRUPÇÃO COMO ENTRAVE AO DESENVOLVIMENTO	
Delson Lyra da Fonseca	51
A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR AS DEMANDAS POSSESSÓRIAS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS	
Fábio da Costa Cavalcanti	65
AÇÃO POPULAR E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	
Flaviane Barboza Monteiro	81
ESCORÇO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Magno Alexandre F. Moura	99
O MINISTÉRIO PÚBLICO SOCIAL E O MEIO AMBIENTE	
Márcio S. A. Omena Filho	109
TRANSMUTAÇÃO PODER/DEVER (ou como parte da doutrina e o judiciário interpretam e alteram os sentido e objetivo do artigo 89 da Lei nº 9.099/95)	
Maurício A. B. Pitta	123

DA PONDERAÇÃO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS CONTRAPOSTOS E A TEORIA DA PROPORCIONALIDADE	
Patricia de Moraes Costa	133
PARTE II – CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS	151
A VISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA NOVOS INVESTIMENTOS NO SETOR ENERGÉTICO	
Alberto Fonseca	153
APREENSÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO – QUESTÕES POLÊMICAS –	
George Sarmento	159
DAR O PEIXE OU ENSINAR A PESCAR?	
Marcelo Medeiros	175
PARTE III – PRÁTICA FORENSE	183
CONTRA-RAZÕES A AGRAVO DE INSTRUMENTO	185
Hylza Paiva Torres de Castro	
AÇÃO PENAL	
Dilmar Lopes Camerino	219
AÇÃO CIVIL DE RESPONSABILIDADE POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	
Dilmar Lopes Camerino	235
AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO E PEDIDO LIMINAR	
Adriano Jorge Correia de Barros Lima	259
MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR	
Max Martins de Oliveira e Silva	271

APRESENTAÇÃO

A *Revista do Ministério Público de Alagoas* é uma publicação semestral que possui como finalidade maior divulgar a produção técnico-jurídica dos Procuradores e Promotores de Justiça de Alagoas.

De forma didática e para facilitar o seu manuseio, este número contém uma parte inicial com *Doutrina*, onde vários profissionais da área jurídica, tais como advogados, Procuradores da República, Procuradores Federais, Delegados de Polícia e Promotores de Justiça apresentam seus trabalhos científicos à comunidade jurídica alagoana.

A segunda parte da revista contém uma novidade, a publicação de *Conferências e Seminários*, incluindo trabalhos de conferencistas de renome, como os Drs. Alberto Fonseca, George Sarmento, ambos membros do Ministério Público de Alagoas, e o Dr. Marcelo Medeiros, pesquisador do IPEA.

A parte final é consagrada à *Prática Forense*. Nela os Membros da Instituição Ministerial de Alagoas podem apresentar à sociedade o grandioso trabalho que vem sendo desenvolvido no interior do Estado e na Capital Alagoana no combate à famigerada Improbidade Administrativa, através da propositura de ações civis públicas e oferecimento de denúncia contra Prefeitos Municipais.

Em razão do seu valoroso conteúdo, a *Revista do Ministério Público* já se consolidou como um fórum de divulgação da produção intelectual no meio jurídico, sendo fonte de consulta de estudantes de direito, pós-graduandos, mestrandos e demais interessados na ciência do Direito.

Como Procurador-Geral de Justiça não poderia deixar de registrar a satisfação de todos os membros do Ministério Público de Alagoas com a publicação de mais um número desta Revista e, em particular, meu orgulho em ser partícipe dessa realização.

DILMAR LOPES CAMERINO

Procurador-Geral de Justiça